

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.552.525 - MT (2019/0229002-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
AGRAVANTE : F S (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO, FURTO E ESTUPRO. VIOLAÇÃO DO ART. 65, III, *d*, DO CP. SUPOSTA ILEGALIDADE NA FRAÇÃO APLICADA EM DECORRÊNCIA DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. INADMISSIBILIDADE. RAZÕES QUE NÃO ATACARAM A ÍNTEGRA DA FUNDAMENTAÇÃO LANÇADA NO ACÓRDÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. FUNDAMENTO SUBSIDIÁRIO. ACÓRDÃO QUE OSTENTA FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA FIXAR A ATENUANTE EM PATAMAR INFERIOR A 1/6.

Agravo conhecido para não conhecer do recurso especial.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial (com fundamento no art. 105, III, a, da CF) apresentado contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso (Apelação Criminal n. 0006996-30.2016.8.11.0015), que manteve a condenação de **F S**, como incurso nos crimes de homicídio qualificado (art. 121, § 2º, IV, do CP), furto (art. 155, § 5º, do CP) e estupro (art. 213 do CP), reduzindo a reprimenda corporal fixada na sentença a 22 anos de reclusão, mantido o regime inicial fechado.

Nas razões do recurso especial, a defesa do agravante suscitou violação do art. 65, III, *d*, do Código Penal, aduzindo que a Corte de origem incorreu em ilegalidade ao fixar a fração de redução, decorrente da atenuante da confissão, em patamar inferior a 1/6 (fls. 491/501).

A Corte de origem inadmitiu o recurso com fundamento na Súmula 7/STJ (fls. 512/516).

Contra a decisão a defesa interpôs o presente agravo (fls. 519/525).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso, nos termos do parecer assim ementado (fl. 543):

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ESTUPRO. FURTO. DOSIMETRIA. ATENUANTE DA CONFISSÃO. QUANTUM DA DIMINUIÇÃO DIVERSO DE 1/6. PARTICULARIDADES DO CASO CONCRETO. AUSÊNCIA DE OFENSA À LEI. PELO DESPROVIMENTO.

1. Em razão da omissão do Código Penal, a fração de aumento e de diminuição de 1/6 (um sexto), na segunda fase da dosimetria, tem sido a usualmente adotada pela doutrina e jurisprudência dos Tribunais, ressalvada fundamentação concreta que justifique outro patamar.

2. *In casu*, a Corte de origem apresentou fundamentação idônea para diminuição inferior à fração de 1/6, ao considerar a atenuante da confissão.

3. Parecer pelo conhecimento e provimento do agravo, para que seja negado provimento ao recurso especial.

É o relatório.

O agravo preenche os requisitos de admissibilidade. Quanto ao recurso especial em si, a insurgência é inadmissível, pois não atacou a íntegra da fundamentação lançada no acórdão atacado.

Ao fixar a atenuante (confissão espontânea) em 6 meses, ou seja, em patamar inferior a 1/6, a Corte de origem considerou as *peculiaridades que circundam o caso, referenciadas no corpo do voto condutor*, bem como o entendimento firmado na **Súmula 231/STJ** (fl. 484):

[...]

Diante do decote das circunstâncias agravantes, subsistindo apenas a referida atenuante, reduzo a pena em 6 meses, por entender adequada e proporcional ao caso concreto. Observo que as **particularidades que circundam o caso, acima expostas**, não justificam a condução da reprimenda no patamar mínimo e muito menos aquém deste, em observância à **Súmula 231 do STJ**.

[...]

O agravante, no entanto, impugnou apenas o segundo fundamento do acórdão, deixando de atacar o primeiro, circunstância que atrai a incidência da Súmula 283/STF à espécie.

Como **fundamento subsidiário**, ressalto que, ainda fosse possível conhecer do recurso, a insurgência não seria acolhida.

A orientação jurisprudencial desta Corte é no sentido de que *é razoável a redução da pena, pela aplicação da atenuante da confissão, no patamar de 1/6, ressalvada fundamentação concreta que justifique outro patamar* (AgRg no HC n.

501.180/MS, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 10/9/2019).

E, no caso, há fundamentação idônea para justificar a fração em patamar aquém de 1/6, pois, da leitura do acórdão, verifica-se que a conclusão de que o veredicto condenatório encontra respaldo na prova coligida foi extraída sobretudo da prova testemunhal e não do interrogatório do acusado, que apresentou diversas inconsistências (fl. 482 – grifo nosso):

[...]

Convém consignar que nas duas oportunidades em que o apelante foi ouvido em sede judicial relatou alguns detalhes fáticos de forma diferente. Na primeira, narrou que no dia dos fatos, foi em um bar, depois para a residência de seu irmão e depois foi para o outro bar (“Bar do Bigode”); que ao sair deste bar com sua motocicleta esbarrou no retrovisor do veículo da vítima e ela começou a discutir e xingar; que após a discussão ele saiu do local, porém a ofendida foi atrás dele com o veículo, “perseguido-o”, até que em determinado momento “esquentou a cabeça” e efetuou os golpes de faca contra ela (mídia audiovisual de p. 451).

Na segunda oportunidade, relatou que não foi na residência de seu irmão, foi em um bar e depois direto para o outro (“Bar do Bigode”); que na frente deste bar, quando saiu, houve a colisão com o veículo da vítima e discussão entre eles; mas não soube dizer como saíram daquele local e foram para o local do crime; que efetuou os golpes de faca porque ficou de “cabeça quente”. Ao ser questionado quanto ao crime de estupro, negou e disse que “acha” que não fez isso, pelo tipo de pessoa que é e que o exame não constatou nada; disse várias vezes que não se lembra direito, só desses fatos ora narrados; que não lembra se usou entorpecente e que provavelmente depois dos fatos foi até a residência de sua ex-companheira K (mídia audiovisual de p. 452).

O investigador de polícia civil R G A relatou que o réu aduziu que, quando foi sair do citado bar com sua motocicleta, bateu no retrovisor do veículo da vítima, ocasião em que ela começou a discutir e xingar e após ele desferiu os golpes de faca. Porém, a citada testemunha afirmou que se houvesse o acidente automobilístico narrado pelo apelante qualquer indivíduo que se encontrasse no local perceberia, também pelo fato de que o filho da vítima lhe disse que o retrovisor do veículo já estava quebrado (mídia audiovisual de p. 452).

Em igual sentido foram as declarações do investigador T C P, o qual asseverou que nem sequer o dono do bar viu o acidente narrado pelo acusado; que em seguida à ação delitiva o réu foi até a residência de sua ex-companheira K e lhe disse que () (mídia audiovisual de “matou a R do corolla porque ela é mais bocuda que você” sic p. 452).

A testemunha E, proprietário do estabelecimento comercial denominado “Bar do Bigode”, prestou depoimento em Juízo em duas oportunidades e em ambas asseverou que não tem fundamento a narrativa do acusado de que houve acidente automobilístico, porque qualquer coisa que ali acontece dá para ver e o “pessoal já aglomera”; disse que não saiu do local em nenhum momento e que enquanto permaneceu no bar não houve batida nenhuma (mídia audiovisual de p. 451).

Diante dessas considerações, conforme se extrai dos quesitos juntados às pp. 367-368, o Conselho de Sentença reconheceu que o apelante praticou o crime de homicídio qualificado pelo recurso que dificultou a defesa da vítima (FATO 1). Assim como reconheceu que o recorrente visando assegurar a impunidade de

Superior Tribunal de Justiça

outro crime constrangeu a vítima à , acolhendo a tese acusatória, e por fim rejeitou a tese defensiva de prática de ato libidinoso diverso da conjunção carnal absolvição (FATO 2). Além de reconhecer que o réu subtraiu o veículo da vítima e o conduziu até o distrito de Moraes Moreira/PA (FATO 3).

[...]

Ante o exposto, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

